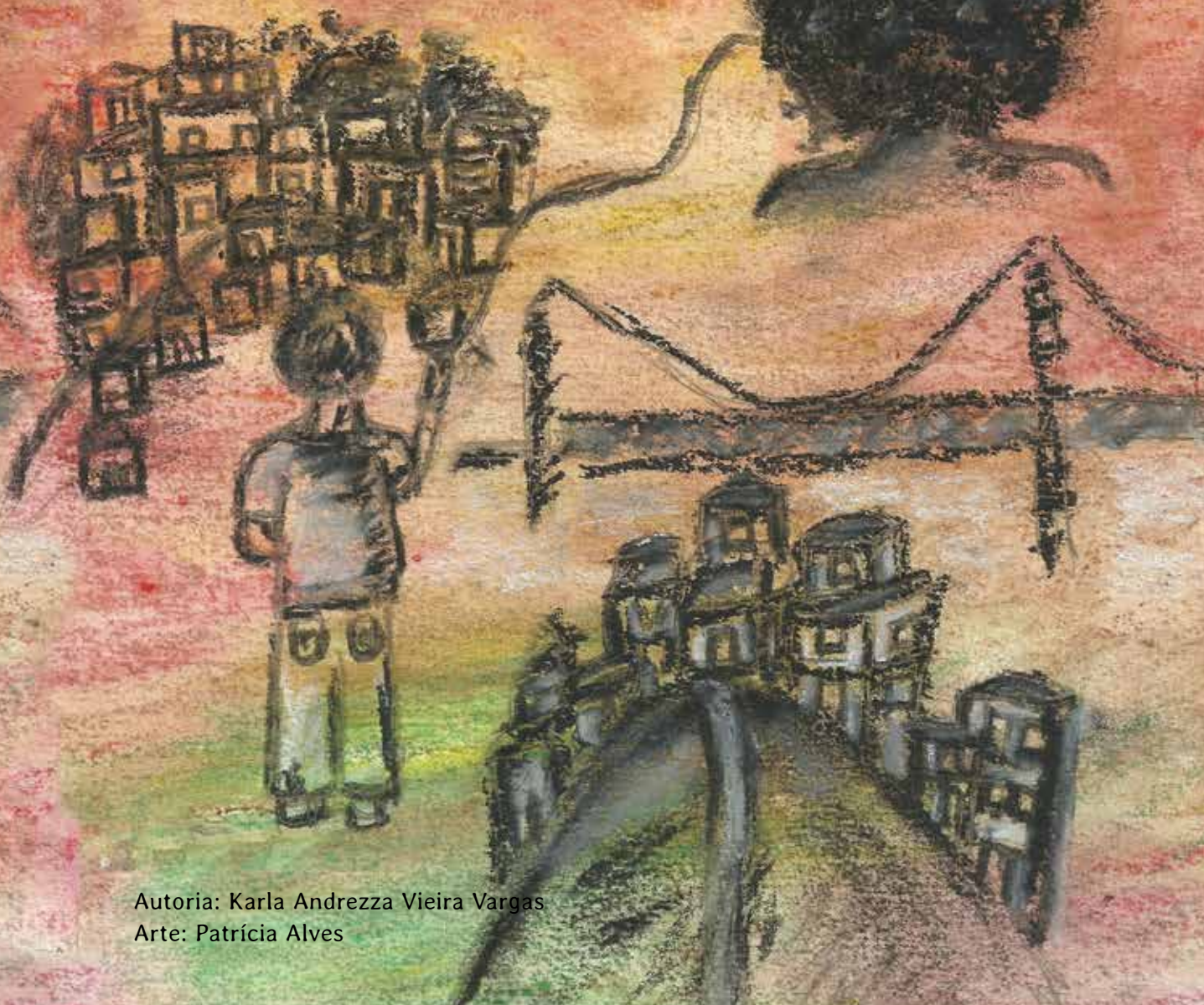


VOZES, CORPOS E SABERES DO MACIÇO

Memórias e Histórias de vida das populações
de origem africana em territórios do
Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis



Autoria: Karla Andrezza Vieira Vargas
Arte: Patrícia Alves

VOZES, CORPOS E SABERES DO MACIÇO

Memórias e Histórias de vida das populações
de origem africana em territórios do
Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis

Autoria: Karla Andrezza Vieira Vargas
Arte: Patrícia Alves



Florianópolis, Maio de 2016

V297 Vozes, corpos e saberes do Maciço: memórias e histórias de vida das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis / Karla Andreza Vieira Vargas; desenhos de Patrícia Maria Macedo Alves. - Florianópolis: UDESC, 2016. 58 p. : il. color. ; 21 cm

Inclui referências.

1. História – Estudo e ensino. 2. Memória. 3. Populações de origem africana - Florianópolis.

CDD: 907 - 20. ed.

Ficha elaborada pela bibliotecária Alice de Amorim Borges – CRB 865/14



Sumário

Caminhos Trilhados: a história de um livro de memórias _____	7	Um lugar chamado	25	_____	32
		Lá de cima a vida não é tão ruim	_____		34
		Ouçã a música	_____		36
PARTE 1. _____	13	Minha Escola	_____		40
Caminhos Possíveis: considerações, reflexões e alternativas pedagógicas para os/as docentes		Quem é que sobe a ladeira?	_____		42
1. Ensino de História e Educação Étnico-Racial	_____	O Cabelo de Luciana	_____		44
	13	É carnaval no Mocotó!	_____		46
2. Territorialidade e ocupação	_____	Brinquedos e Brincadeiras	_____		48
	19				
3. Memórias e histórias de vida	_____	Algumas palavras para encerrar			53
	24				
PARTE 2. _____	31	Para saber...	_____		55
Memórias e histórias de vida das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis		Referências	_____		57



Caminhos Trilhados: a história de um livro de memórias

O Maciço do Morro da Cruz/ Florianópolis constituído em pelo menos vinte e um territórios, possui aproximadamente trinta mil habitantes e em sua maioria moradores e moradoras de encostas de alta declividade, caracterizadas como área de preservação permanente. A ocupação deu-se inicialmente por populações de origem africana libertas e, posteriormente pelas populações pobres que foram expulsas das áreas centrais da cidade, em função do movimento sanitário ocorrido nas primeiras décadas do século XX. Entre 1970 e 1980 o Maciço recebeu muitos/as trabalhadores/as advindos/as do meio rural, atraídos/as pelas possibilidades de uma nova vida na capital. Conhecida como uma região que se encontra submetida a uma situação de alto risco social, o Maciço do Morro da Cruz, enfrenta ainda sérios problemas em relação à falta de água, a moradia, ao saneamento básico, a educação, aos

espaços de lazer e ao transporte. Temos então, um cenário com características extremamente singulares.

A compreensão de que esse enredo deva ser mobilizado no chão da escola, me trouxe até aqui. Professora negra e atuante em unidades de ensino delineada pelo Maciço me pôs a querer investir na escrita deste material didático. Esse material foi pensado e desenvolvido como uma das tarefas do Mestrado Profissional em Ensino de História da UDESC. O ProfHistória, programa de pós-graduação *stricto sensu*, com oferta simultânea nacional, estruturado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem por objetivo promover e ampliar a formação docente em História, para que professores e professoras possam qualificar suas práticas, desenvolver pesquisas no campo do ensino e especialmente possam

contribuir para o aprendizado histórico na Educação Básica.

No mestrado profissional através da disciplina de Ensino de História e da cultura africana e afro-brasileira, ministrada pela Professora Doutora Cláudia Mortari (UDESC), fui desafiada a questionar os limites preconizados pelos marcos legais para o ensino da temática. Será que a legislação 10.639/03 não está orientada por referenciais coloniais? Será que precisamos da inserção de conteúdos em um currículo construído em bases eurocêntricas? Se pensarmos na perspectiva de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais, estamos conscientes da inserção de brancos e não brancos nesta esteira? Sem negar a importância inaugurada pelos marcos legais, sem negligenciar tudo que construí ao longo da minha formação e da minha atuação docente, pretendi atravessar este caminho¹. Assim, nestes dois últimos anos, fui refletindo sobre a elaboração de uma proposição didática que pudessem contribuir para ampliar esse debate.

É importante destacar que para desenvolver esse texto, busquei não apenas referenciais teóricos, mas

1 A orientação da pesquisa e desta proposição didática deve-se a Professora Doutora Nucia Alexandra Silva de Oliveira (UDESC).

especialmente era de meu interesse dialogar com os saberes dos/as estudantes e de meus colegas profissionais da Educação Básica. Nesse sentido, decidi ouvir primeiro o que meus estudantes tinham a dizer. Junto às turmas de sexto ano da Escola de Educação Básica Padre Anchieta/Florianópolis e através da elaboração de uma sequência didática referente à memória local, identifiquei concepções carregadas de representações negativas, violentas e preconceituosas acerca dos territórios do Maciço do Morro da Cruz². Entre as falas, a mais recorrente consistia em afirmar que “*lugar de negro é*

2 Professora de História da rede estadual de Santa Catarina. Desde 2003, trabalho com turmas de ensino fundamental e médio na Escola de Educação Básica Padre Anchieta, localizada no bairro Agrônômica, município de Florianópolis/Santa Catarina. Até o ano de 2012 a escola era parte da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Tratava-se de uma importante representação de unidades de ensino que objetivavam discussões acerca de políticas públicas para os territórios dos morros do Maciço. No campo educacional, o que se aprofundava era a questão da violência e de seus efeitos na aprendizagem de crianças e jovens ocupantes destes territórios. Buscava-se a maior presença do Estado nestes espaços. Buscava-se construir laços identitários entre as escolas estaduais associadas à CE/FMMC – E.E.B. Padre Anchieta, E.E.B. Jurema Cavallazzi, E.E.B. Hilda Theodoro Vieira, E.E.B. Henrique Stodieck, E.E.B. Lauro Müller, E.E.B. Silveira de Souza (entregue ao município), E.E.B. Antonieta de Barros (fechada), E.E.B. Celso Ramos (entregue ao município) e E.E.B. Lúcia do Livramento Mayvorne (em 2013 passou a ser administrada pela Congregação Marista). É preciso registrar que apesar dos esforços em certa medida impulsionados pela Lei Nº 10.639/03, a Comissão de Educação pouco inferiu sobre a temática das relações étnico raciais na escola.

no morro”. Os primeiros trilhos foram difíceis. Por que meus estudantes pensam assim? Que experiências escolares e de vida estão representadas em tal afirmação? O que a escola pode/deve fazer para enfrentar esses estereótipos? São perguntas que reverberam e quem está no processo de ensino, sabe. As fontes para o enfrentamento desta visão são poucas, assim como as narrativas existentes são racializadas – afinal são frutos de um currículo construído a partir de conceitos eurocêntricos e brancos. Percebendo tais questões, coloquei-me na tarefa de investigar como o ensino de História pode contribuir com novos discursos.

Outra parte significativa do trabalho foi conversar com diferentes profissionais da educação: professores, professoras, equipe pedagógica e gestores de algumas unidades de ensino inscritas pela territorialidade do Maciço (E.E.B. Hilda Theodoro, E.E.B. Jurema Cavallazzi e E.E.B. Padre Anchieta). A partir da aplicação de um questionário investigativo, foi possível verificar a existência de uma imensa lacuna entre a escola, o local e as discussões étnico-raciais. Os dados apontaram especialmente para a necessidade de suportes pedagógicos que contemplassem este debate. Assim, me coloquei na estrada.

Vozes, corpos e saberes do Maciço, trata-se de uma coletânea de textos com registros de memórias de populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz. Eu subi ladeiras, percorri becos e encontrei Seu Silvio, Linda Inês, Walmor, Daldomar, Alisson, Solange, Luciana, Maria, Geraldino e Amália³. As lembranças destas personagens protagonizam as narrativas aqui presentes, e que se acionadas, podem questionar lugares dantes privilegiados e atravessar saberes colonizados. São histórias de vida vivida. Como conhecimento e fonte, como verbo e som, vê-se a memória como potencialidade para ressignificar o Maciço e para conferir visibilidade aos sujeitos que carregam em seus corpos a insígnia da cor⁴. Organizar uma coletânea de textos para guardar estas memórias contribui para que outros registros sejam marcados, analisados, estudados e experienciados sobre outras bases. Assim, devo dizer que este trabalho

3 O trabalho a partir das entrevistas com as populações de origem africana pertencentes aos territórios do Maciço do Morro da Cruz/ Florianópolis seguiu as orientações e definições do comitê de ética da UDESC.

4 A partir de indicações de lideranças comunitárias, por intermédio de gestores escolares e através das falas de meus estudantes cheguei aos depoentes. Munida de um gravador e de algumas questões organizadas em um pequeno roteiro, iniciei o trabalho com as entrevistas. O material está conservado em via digital e disponível para consulta.

objetiva-se problematizar questões que a um só tempo possam contribuir para a formação docente, para orientar práticas pedagógicas e ampliar as discussões entre o ensino de História e a Educação Étnico-Racial na escola a partir de referenciais decoloniais⁵.

É importante dizer que o presente material destina-se a professores e professoras que, da sala de aula dos primeiros anos do ensino fundamental aos últimos anos do ensino médio, pretendam construir oportunidades de aprendizagem significativas junto aos estudantes. A partir dos conteúdos e temas, é possível refletir sobre os conceitos de tempo, espaço, fonte, sujeito histórico, identidade, relações sociais de produção e de poder, contribuindo para a ampliação da consciência histórica de todos aqueles envolvidos no processo de ensinar e aprender. Professores e professoras de outras disciplinas e não só de História, podem fazer uso desse

5 A opção decolonial se “desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento” (MIGNOLO, 2008). A desvinculação epistêmica, não significa necessariamente o abandono do instrumental epistemológico que já foi construído por todo o mundo, mas uma substituição ou justaposição da geopolítica do conhecimento eurocêntrico predominante pela geopolítica de outras possíveis subjetividades, línguas, conceitos políticos, econômicos, artes, religiões, etc.

suporte pedagógico. Não proponho atividades dirigidas, para que docentes encontrem liberdade e possibilidades de intervenção ao fazerem uso dos textos. Compreendo ainda, que a parte destinada a coletânea de memórias, possa ser lida por estudantes em diferentes processos de escolarização à medida que apresento discussões que contribuem para a mobilidade dos conteúdos escolares e sugerem uma nova organização curricular.

Vale dizer que a obra foi organizada em duas partes, apenas por uma questão de sistematização já que os textos podem ser lidos e utilizados de forma integrada ou mesmo separadamente, ao desejo do leitor. Na parte intitulada *Caminhos Possíveis*, trago algumas reflexões para que docentes possam incorporar as memórias das populações de origem africana em sala de aula. Não indico receitas. Não proponho atividades. Apresento algumas considerações, reflexões e alternativas pedagógicas a partir de três eixos temáticos. O primeiro deles é *Ensino de História e Educação Étnico-Racial*, em que problematizo a importância de uma análise crítica em torno da Lei N°10. 639/03 e das Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2004) para o ensino da temática africana e afro-brasileira na escola, apontando novos

caminhos a partir de estudos decoloniais. Em *Territorialidade e ocupação*, convido professores e professoras a pensarem os processos de construção de uma territorialidade e os movimentos de ocupação no Maciço do Morro da Cruz a partir das vivências de sujeitos historicamente subalternizados, destacando as potências para o ensino de uma História Local. No terceiro eixo de discussão, *Memórias e histórias de vida*, discorro sobre narrativas do cotidiano, enredos sobre a infância, as festividades, laços de solidariedade, violências, racismo e opressão. Por temáticas nem sempre óbvias, por espaços talvez improváveis e por trilhos muitas vezes sem roteiros formais, encontramos conhecimento.

Na segunda parte desta obra, apresento a coletânea de memórias. São oito títulos que destacam as experiências dos sujeitos da pesquisa. Na tessitura, ilustrações que estabelecem diálogo com o escrito e provocam reflexões para além do texto⁶. Ao final, espera-se que o trabalho contribua para rompimentos epistemológicos e curriculares, para assimilações de

novas paisagens e especialmente contribua para o aprendizado histórico de crianças e jovens em unidades de ensino básico.

Eu convido você a puxar o fio do primeiro verso e receber a cantiga.



⁶ As ilustrações foram elaboradas pela Professora de Artes Visuais da rede estadual de Santa Catarina Patrícia Alves. Negra e militante assumiu o compromisso de olhar para os territórios do Maciço e dialogar com as memórias das populações de origem africana que protagonizam a obra.



Parte I - Caminhos Possíveis: considerações, reflexões e alternativas pedagógicas para os/as docentes

Apresento nessa parte do trabalho algumas considerações, reflexões e alternativas pedagógicas a partir dos seguintes eixos temáticos: *Ensino de História e Educação Étnico-Racial, Territorialidade e ocupação e Memórias e histórias de vida*. São questões sobre as quais refleti na escrita desse livro e acredito que podem ser mobilizadas por educadores em diferentes níveis de ensino. Como dito na introdução, não indico receitas ou atividades prontas. Assumo aqui a perspectiva de que professores e professoras, no chão da escola, podem junto a seu grupo construir seus próprios caminhos, abrindo percursos possíveis a partir de abordagens decolônias. Há muito tempo, experimentamos que a escola é também um lugar de muitos saberes, não é mesmo?

I.1 Ensino de História e Educação Étnico-Racial

Não é novo para nós o fato, que a História como disciplina escolar ancorou seu conteúdo em uma perspectiva eurocêntrica. Basta revisitar-mos os currículos escolares e os materiais didáticos para constarmos que os temas de estudo partem de marcos europeus para pensarmos a História do mundo: a queda do império romano, a revolução francesa, as “grandes guerras”... Se quisermos saber da História do Brasil, irremediavelmente iniciamos a leitura a partir da temática da expansão comercial marítima europeia. Sabe-se, contudo, que tais cânones inviabilizaram narrativas, culturas, grupos sociais e lugares. Embora as novas demandas (sindicais, feministas e afro-indígenas, por exemplo) tenham solicitado outro registro,

os valores curriculares ainda garantem uma centralidade de discurso. Estaríamos ainda a olhar a partir do lado de cima do Equador?

Uma breve consideração a respeito da trajetória do ensino de História no Brasil pode ajudar na compreensão do que digo agora. Movimentos políticos com protagonistas brancos, cristãos e masculinos, inscritos em uma concepção de tempo linear serviram como fundamentos para a construção da História como disciplina escolar. Pesquisadores e pesquisadoras do ensino de História, como Circe Maria Fernandes Bittencourt (2007), Katia Abud (2004) e Thais Nívia de Lima Fonseca (2006), registram em seus trabalhos o papel do Estado como agente mobilizador e promotor da construção de uma História oficial para o país, especialmente nos primeiros anos da República. Discursos nacionalistas, patrióticos e ideais de civilidade deveriam ser questões de primeira ordem. O pensamento liberal definiu o papel da educação e o ensino de História fora recrutado para conferir a densidade política e formativa dos sujeitos. Nesta esteira, a disciplina de História teve como responsabilidade participar do processo de construção de uma identidade nacional para o país. E como se sabe, esse movimento acabou por invisibilizar

manifestações plurais de organização social, produtiva e também àquelas no campo da cultura. Para nós, professores e professoras de História, isso já é assunto bastante debatido e, portanto, superado, não?

A experiência nos diz que não. Em pesquisas feitas em espaços escolares pude identificar entre muitos/as estudantes discursos extremamente preconceituosos e negativos a respeito das populações de origem africana, colocando-as em espaços considerados marginais. Como dito na parte introdutória desse trabalho, a expressão como “*lugar de negro é no morro*”, foi a mais recorrente nos dados postulados, revelando a existência de um pensamento colonial em sala de aula. Com docentes, apesar das iniciativas para o ensino da temática africana e afro-brasileira na escola, o que se percebe são descrições a respeito da celebração para o Dia da Consciência Negra:

A gente costuma fazer um dia de festa. No ano passado uma parte da bateria da escola de samba de nossa comunidade veio se apresentar e um projeto de capoeira também (...)⁷.

Eventos sazonais com elementos essencializadores de uma cultura de fato contribuem para a superação

⁷ Depoimento coletado a partir de questionário investigativo destinado aos profissionais das escolas circunscritas pela territorialidade do Maciço. Material disponível para consulta.

de lógicas racialistas e visões colonialistas que superem a hierarquização de culturas no espaço escolar?

Entendo que se preconizamos as relações étnico-raciais, precisamos ultrapassar os debates acerca da supremacia de uma cultura em relação à outra, afinal, a escola é um território múltiplo e disso estamos certos. Entenda que não se trata de hierarquizar os sujeitos e os processos históricos, não se trata de supervalorizar uma identidade, mas precisamos pôr em questão todas as identidades. O que se pretende, portanto, é considerar a pluralidade cultural na atividade sempre viva de ensinar e aprender História. Falo de culturas em diálogo que podem colocar e retirar máscaras e visitar imagens refletidas em espelhos. A História como disciplina deve, então, ampliar seu aparato e contemplar reflexões indubitárias híbridas, posto que a identidade refere-se a um modo de ser no mundo e com os outros. É um aspecto importante das redes de relações culturais dos grupos, construídos socialmente e historicamente. Implica em um olhar sobre si mesmo, a partir da relação com o outro.

Convido aqui você professor e professora, a ler o que seu Silvio em *Um lugar chamado 25* registra. Ele ao mesmo tempo em que narra suas

memórias atravessadas pela organização do clube 25 (espaço de sociabilidade e resistência das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz e que marca aparentemente uma identidade para um determinado grupo), apresenta com orgulho um de seus filhos que é pastor evangélico. Incongruência? Não. Como dito anteriormente, as culturas estão em relação. Podemos encontrar em *O cabelo de Luciana*, conflitos acerca da construção de uma identidade ou em *Brinquedos e brincadeiras* perceber que Dona Amália em seus tempos de juventude adorava cantar os versos da ratoeira, uma tradição cultural concebida como de origem açoriana. Nesse sentido, aprecio Stuart Hall (2011) por nos levar a pensar sobre identidades em movimento. Para o autor, a identidade forma-se e transforma-se em relação às formas pelas quais somos atravessados pelos sistemas culturais e políticos que nos circunscrevem. Trata-se de uma percepção que movimenta constantemente os sujeitos a elaborarem e reelaborarem seus quadros de identificação. Seria possível o ensino de História assumir tal perspectiva?

Se a resposta a esta questão for positiva, ela será transgressora amigo professor, amiga professora. Ao tratarmos do ensino de História e

da cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar assumindo como fundamento apenas os marcos legais para o ensino da temática, poderemos estar diante de um terreno perigoso. Calma! Explico melhor. Inserir conteúdos sobre a África ou a resistência afro-brasileira nos currículos escolares não esgotam a questão. Apresentar a capoeira, a feijoada, o candomblé como elementos essencializadores da cultura africana podem contribuir para a construção de estereótipos. Mobilizar eventos sazonais em nossas unidades de ensino, como do Dia da Consciência Negra, não garantem um profícuo lugar de fala às populações de origem africana no espaço escolar. O estudo de grandes heróis, as contribuições de artistas e intelectuais de origem africana para a formação do país, podem impor ao ensino de História certos limites. Se assumimos o Egito Antigo como a grande civilização africana, acabamos por limitar a compreensão plural de ser África. Hebe Mattos e Martha Abreu (2006) analisaram as proposições descritas pelas Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2004) e nos deixam um importante recado: memorizar fatos, mitificar personagens e difundir pesquisas a partir de datas comemorativas comprometem aquilo que esperamos do ensino de História hoje. Limpemos

a névoa, expurguemos o pó e tentemos fugir das armadilhas colega.

É fato que a Lei nº 10.639/03 inaugurou as discussões acerca da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil e dela já sabemos o seu conteúdo. É fato também que a legislação proeminente percorreu uma pauta de políticas afirmativas organizadas no seio do Movimento Negro e destaque nesse trabalho também, as importantes iniciativas da professora Solange Adão junto ao território do Mocotó (centro de Florianópolis) em *Quem é que sobe a ladeira?* Procuramos nas últimas décadas (ou pelo menos alguns de nós) significar o texto das Diretrizes Curriculares em nossas práticas. Vimos inúmeros trabalhos e pesquisas no campo multiplicarem-se e é necessário registrar isso. Todavia, precisamos considerar que tais documentos estão tingidos e situados em uma arena de disputa e devem, portanto, ser compreendidos nesta dimensão.

Observemos certos riscos ao oferecer quadros fundamentados no conceito de raça, na identidade racial e na polarização das “raças”. (APPIAH, 1997). Precisamos estar cientes de que raça é um conceito construído para justificar a dominação, a exploração e a escravização de populações indígenas e africanas em

Artigo pontual para conhecermos a construção da colonialidade do ser, do saber e do poder. Nesta esteia, problematizar os estudos decoloniais torna-se uma necessidade. Leia: COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

Bom texto para pensarmos em projetos pedagógicos fundamentados em estudos e práticas decoloniais. Verificar: WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

Sugestão de documentário...

O Mito da Democracia Racial no Brasil: discute partir da questão do sistema de cotas, a falsa ideia de que o Brasil vive sob a égide de uma “democracia racial”. Ao longo do vídeo, adotou-se os termos “pretos”, “pardos” e “brancos” seguindo a classificação do IBGE, bem como o fato de que a noção de “raça”, apesar de ainda ser utilizada por alguns pesquisadores, não encontra respaldo nas teorias científicas recentes. A cor da pele, portanto, é entendida como elemento determinante para a assunção das diferenças entre as pessoas. Autor: Alexandre Santos de Moraes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p5Wo6qumJc>. Acesso em 27 de maio de 2016.

I.II Territorialidade e ocupação

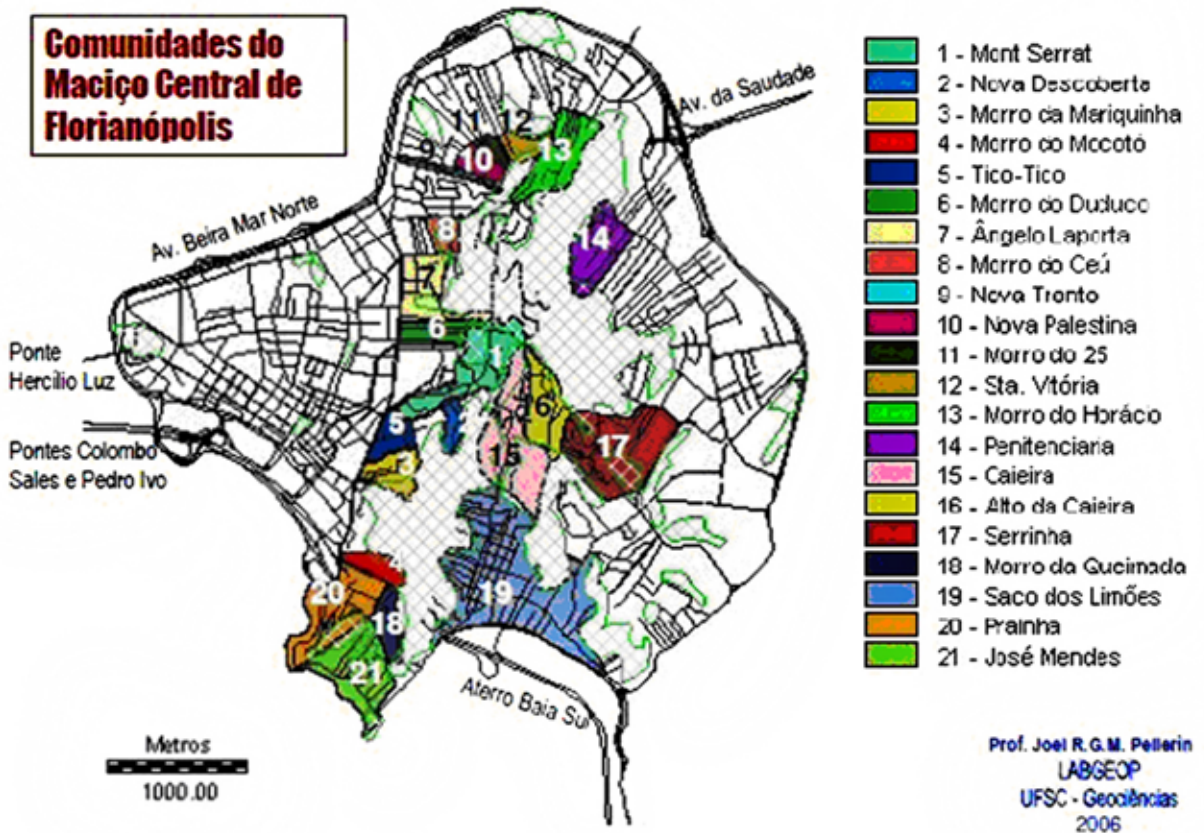


Figura 1: Representação cartográfica dos territórios do Maciço do Morro da Cruz. (<http://laam.ufsc.br>, Acesso em 15 de novembro de 2015).

Seu Silvio narra a ocupação do Morro do 25 (bairro Agrônômica/Florianópolis), relatando o processo de crescimento urbano e as possibilidades de trabalho ofertadas pela presença da Penitenciária do Estado na região nas primeiras décadas do século XX. Descreve uma paisagem alterada pela presença de migrantes

e registra as dificuldades estruturais do lugar. *Um lugar chamado 25* é um texto interessante para discutirmos em classe a construção de uma territorialidade. Com os depoimentos de Walmor e Daldomar - em *Ouçã a música* - podemos pensar em diferentes momentos históricos de ocupação e territorialização.

Para Elaine Tomás e Luiz Fernando Scheibe (2015), a territorialização do Maciço do Morro da Cruz está associada às primeiras experiências de ocupação no século XVIII caracterizando-se como lugar de refúgio e espaço marginal. Com os ventos republicanos, higienistas e “progressistas”, início do século XX, o Maciço tornou-se receptor daqueles que foram expulsos do centro da cidade - em sua maioria encontramos pessoas que estiveram em situação de escravidão (podemos destacar aqui o Mont Serrat). Com a construção da Ponte Hercílio Luz (1920), o Morro do Bode, o Morro do Mocotó e o Morro da Queimada foram territórios ocupados por muitos trabalhadores e trabalhadoras que compuseram mão de obra significativa no processo de urbanização da cidade.

Nas décadas de 1940 e 1950 o movimento de ocupação passou a crescer em importância. As lembranças de seu Daldomar nos colocam a pensar a vivência e as experiências dos sujeitos nesse chão de mudanças. Em 1960 e depois na década de 1980, os territórios do Maciço tornaram-se um dos escassos lugares a receber famílias pobres do interior do estado de Santa Catarina e do estado do Paraná. Seu Silvio acompanhou tais

transformações e relatou os tempos de precariedade, de insegurança e violência que marcaram o Maciço nestes idos tempos. Com Seu Geraldino, podemos identificar problemáticas de ordem infra estrutural no morro do Mont Serrat. Não há dúvidas, professor e professora, que nas pesquisas documentais, bem como na fala lembrada dos sujeitos da pesquisa, que os territórios do Maciço do Morro da Cruz foram historicamente relegados à margem dos projetos da cidade.

A paisagem muda quando silêncios são interrompidos. Moradores e moradoras, sujeitos de sua fala e organizados politicamente instituem o Fórum das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz, elaborando um plano de lutas para a constituição de direitos sociais⁸. O Fórum, em suas diversas comissões (meio ambiente, educação, segurança entre outros grupos de trabalho) pôs em xeque as políticas públicas para a cidade. As resistências coletivas trouxeram para os primeiros anos do século XXI um

8 O Fórum do Maciço do Morro da Cruz tratava-se de um movimento político (iniciado por volta do ano 2000) constituído por organizações não governamentais e por lideranças comunitárias que através de múltiplas ações buscavam melhorias para os territórios do MMC. O Fórum contava com comissões específicas para discutir questões referentes à segurança, a geração de renda, ao meio ambiente, a comunicação e a educação.

cenário de transformações em territórios do Maciço. A narrativa de Walmor registra as operações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Morro do Horácio, reconfigurando o espaço e modificando a vida das pessoas. Já no Morro Santa Vitória, a depoente Linda Inês parece não ter visto as obras do PAC chegarem.

Agora, professor e professora, o desafio consiste em compreender o Maciço do Morro da Cruz como um espaço socialmente construído a partir das experiências das pessoas comuns que sempre estiveram a reivindicar uma legitimidade, por vezes mais organizadas e coletivizadas e em outros momentos mais individuais e prosaicas. Há resistência no cotidiano e em *É carnaval no Mocotó* podemos observar o que lhes confidencia. Se pensarmos na didatização desse conteúdo, podemos construir junto aos estudantes o conceito de sujeito histórico visibilizando as memórias dos/das depoentes; podemos discutir os espaços em questão, para desestabilizar currículos colonizados; podemos ainda estabelecer importantes diálogos entre a construção de uma territorialidade para o Maciço e a História da cidade.

O trabalho com a História Local permite romper com roteiros

institucionalizados acerca da produção do conhecimento histórico. O lugar, o Maciço, torna-se o ponto de partida para a produção de conhecimentos sobre o passado; é o cenário para a construção dos processos interpretativos sobre as formas como os sujeitos se percebem historicamente em seus modos de ser e de viver. Através do local, podemos em sala de aula estabelecer vínculos, relações, aproximações, tensões e conflitos com as esferas nacionais, bem como, as globais. Discuta com os/as estudantes/as, a partir do texto *Um lugar chamado 25*, por exemplo, o contexto dos anos de 1930 e 1967 no Brasil e, se puder, na América Latina ou em outros espaços.

O estudo a partir da territorialidade do Maciço solicita você, colega, a olhar para os conhecimentos produzidos fora da geopolítica moderna e colonial, rompendo com a universalidade dos saberes eurocentrados. Veja, não basta identificarmos que nossas matrizes curriculares estejam pautadas em uma base europeia. Não é suficiente apenas tecermos uma crítica aos conteúdos e temas normatizados pelos órgãos de ensino. É importante realizar uma caminhada de rupturas e o Maciço do Morro da Cruz pode contribuir para a construção de uma outra epistemologia. Aprecio e por

isso divido com você, o que o argentino Walter Mignolo registra sobre bases epistemológicas construídas no “Terceiro Mundo”:

A pós - colonialidade é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do sistema mundial moderno e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geoistóricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos. O reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes, mas complementares: 1. a crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; 2. a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo; o orientalismo (como objetificação do lócus do enunciado enquanto ‘alteridade’) e estudos de área (como objetificação do “Terceiro Mundo”, enquanto produtor de culturas, mas não de saber) (MIGNOLO, 2003, p.136-137).

O autor retira a centralidade de uma produção de saber, de ciência e de existência a partir de teorias construídas sobre o ponto de vista europeu. O que nos causa desconforto é também o que nos aponta o caminho no sentido de rompermos com antigas e tradicionais estruturas de poder. Digo desconforto, pois todos os referenciais para sermos e estarmos no mundo estiveram e estão atravessados por um modelo moderno/colonial/europeu/branco/cristão. É preciso subverter essa lógica. Mignolo faz um convite e entendo precisar ser aceito. Você aceita?

Professor e professora, para discutir a territorialidade e a ocupação do Maciço, você pode ainda ampliar o debate em sala de aula, empregando outros suportes de memória. Pode-se garimpar fotografias da velha Florianópolis como fontes para compor o enredo e assim realizar uma inferência sobre o processo de urbanização da cidade, bem como uma intervenção pedagógica que discuta a construção do processo histórico a partir de diferentes documentos. Veja, os relatos das populações de origem africana são documentos, as fotografias (se forem utilizadas), assim como as ilustrações que acompanham e dão vida as narrativas descritas, devem ser concebidas também como documentos. Explore isso! O exercício com documentos históricos ultrapassa os limites de um determinado ano/série. Os conceitos essenciais da História como disciplina devem ser empregados em todas as etapas do processo de escolarização. Faça sempre perguntas as fontes e em classe crie oportunidades para que estudantes possam também fazer perguntas. Estamos refletindo sobre outro currículo, lembra-se?

Aproveito a oportunidade para sugerir que investigue o site do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Lá é possível encontrar

tantas imagens da cidade e se julgar necessário amplie o repertório pesquisando mais e mais documentos. Ou ainda, proponha que os/as estudantes realizem tal pesquisa. Gosto de pensar a escola como um terreno fértil para a construção do conhecimento. Isso não lhe parece decolonial?

Algumas sugestões de leitura...

Sobre o ensino de História a partir do local veja o texto de: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

Para saber mais sobre experiências políticas e pedagógicas a respeito dos territórios do Maciço do Morro da Cruz, ver: DANTAS, Jéferson. *Espaços coletivos de esperança: a experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC*. 2012.377 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação.

Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012a, Florianópolis.

Sobre fontes históricas e o ensino de História, ler as importantes contribuições de: PEREIRA, Nilton; SEFFNER, Fernando. O que o pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*. Porto Alegre, v.15, n.28, p.113-128, dez.2008.

Algumas sugestões de documentários...

Para uma definição didática a respeito do conceito de território assistir a vídeo aula do antropólogo Gerardo Damonte, professor da PUC-Peru. <https://www.youtube.com/watch?v=NexhmBmZmc8>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

I.III Memória e histórias de vida

Toda pessoa possui uma memória e essa memória tem um valor. A memória é uma constituição coletiva que se ressignifica na experiência dos sujeitos seja no ato de lembrar ou de esquecer (ALBERTI, 2005). Sabe-se não ser possível recuperar a totalidade do passado, nenhum historiador ou historiadora conseguiria tal façanha. Sabe-se que diante da atividade de recordar, pode-se transformar o passado e acomodá-lo as questões pertinentes ao presente. Um presente que nos pede uma visita ao passado. Um presente que nos solicita um fôlego novo, uma reorientação temporal. O passado não está fechado para nós e há muito o ensino de História vem incorporando este movimento. Não é mesmo, colega?

A maioria dos referenciais teóricos para os estudos a respeito da memória foram constituídos em bases epistemológicas europeias. A colonialidade impõe uma geopolítica, uma produção de conhecimento e também a concepção de uma memória e de valorização de uma memória a partir de uma perspectiva moderna/europeia/branca/ocidental/cristã. Há um “sujeito teórico” (SPIVAK, 2010) para a compreensão da memória como fonte e como produção de sentido. A memória tida como oficial e legitimada por

Maciço: O material procura captar as histórias de vida e a produção da vida material de seus/suas moradores/as. Já não é mais possível negar a cidade que se encontra à margem, não é mais possível apresentar narrativas homogeneizantes para territórios tão díspares, não é mais possível ocultar trabalhadores e trabalhadoras do Maciço do Morro da Cruz. O documentário foi dirigido e produzido por Pedro MC. As entrevistas foram conduzidas pela historiadora Karen Cristine Rechia. Primeira exibição: março de 2009. Você pode encontrar o documentário na íntegra: https://www.youtube.com/watch?v=-ObiWF_agFE. Acesso em: 30 de março de 2015

Para inspirar...

Ouçã a música: *O meu lugar*, composição de Arlindo Cruz e Mauro Diniz, gravado por Arlindo no álbum *Batuques do Meu Lugar*, 2012.

dinâmicas eurocentradas e quadros hegemônicos de representação do ser e estar no mundo, serviu no século XV e XVI para subalternizar narrativas não brancas. Assim, é importante dizer que certas memórias serviram ao longo dos processos históricos como instrumento de dominação para o colonizador. Em uma luta que se pôs como desigual, a memória dos dominadores se sobrepueram a memória dos dominados (HARTOG, 2013). Domesticou-se a memória, o tempo, a História.

A compreensão da memória a partir de veredas decoloniais, solicita a ampliação do conceito. As concepções clássicas a respeito do trato da memória em História, discussões acerca das fronteiras entre esses lugares de saber, não alcançam o que agora desejo dividir com você, colega⁹. A pesquisadora e professora Maria Antonietta Antonacci

9 Registro meu respeito aos importantes trabalhos no campo da memória de: Peter Burke (2000) que mobiliza historiadores e historiadoras a se interessarem pela memória, como fonte histórica e como fenômeno histórico; Jacques Le Goff (1994), que impõe as pesquisas sobre memória coletiva como algo que liberte homens e mulheres da servidão; Michael Pollak (1992), que aponta a memória como um elemento constituidor das identidades; Pierre Nora, que nos recorda que a memória é “carregada por grupos vivos... aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 13). São contribuições para o estudo da memória e suas relações com a História, todavia e por uma questão política escolho proposições mais alargadas para a tarefa de lidar com memórias de populações de origem africana. Tais memórias não encontraram lugar no que há muito se postulou, por isso a insistência em matrizes decoloniais.

(2013), pode me ajudar a elucidar essa questão. Segundo a autora, é preciso ultrapassar as leituras que encontraram litígio em epistemologias hegemônicas. Ao tratar de memórias de populações de origem africana, Antonacci (2013) nos lembra que estamos pensando em novos espaços, novos sujeitos e novos corpos de memória.

Memórias ancoradas em experiências dos que só têm no corpo e em suas formas de comunicação heranças de seus antepassados e marcas de suas histórias. Em contínuos desteros, sem construídas séries documentais, vivendo e transmitindo heranças em performances, recursos linguísticos e artísticos, povos africanos pluralizam nosso alcance de acervos históricos, monumentos e patrimônios audiovisuais, situando a necessária arqueologia de saberes orais, a ser enunciada e valorizada (Antonacci, 2013, p. 17).

Professor e professora, temos um bonito, sensível e importante texto, para questionarmos a dicotomia mente e corpo tão postulada pela razão cartesiana. Não é possível negar o corpo, sua existência e concretude. Observe o movimento, a performance, o gesto, a fala, dos/das protagonistas desse trabalho que compartilho agora. Ouso dizer e peço que olhe para fora dos fundamentos europeus, brancos e masculinos considerados universais. É preciso pensar em outros caminhos para recuperarmos as memórias inscritas e vivas nos corpos e por meio desses corpos.

É importante dizer que o corpo tem memória e isso também precisa ser significado. A leitura dos corpos de populações de origem africana podem desafiar verdades e superar visões cristalizadas que buscavam e buscam identificar estes sujeitos como sustentáculo de economias coloniais e colonizadoras no passado e mesmo agora. Identificações associadas a um corpo/máquina firmaram certos modelos e inseriram certos corpos em determinados lugares. A compreensão de que é notável a importância de ouvir a voz que emana do corpo, nos coloca em suspensão. Para Antonacci (2013), é preciso de antemão silenciar a nós mesmos e a nossos preconceitos. É chegada a hora de emanciparmos nossa mentalidade colonial.

As memórias tomadas como universais, podem traduzir “efeitos de verdade” (RUFER, 2010). Nós professores e professoras do ensino de História, precisamos deslocar esse olhar, ressignificando cenários, vozes e fontes. A memória colonial foi e ainda é perene em muitas pesquisas acadêmicas e em experiências pedagógicas. Assim, é preciso fazer escolhas professor e professora! Seria possível lidar com as falas das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz como

conhecimento legítimo e possível no campo? Segundo Gayatri Spivak (2010), *pode um subalterno falar?*

Eu lhe aciono e peço que comigo subam o morro, percorram as vielas e escutem os depoimentos registrados nesse material que estou a compartilhar. São histórias de vida que evocam dimensões familiares e a respeito do mundo do trabalho. Sugiro aqui, a construção dos conceitos de relações sociais de poder e de produção, problematizando junto aos/as estudantes os ofícios dos/as depoentes, suas condições de vida e fontes de subsistência. Aponto para isso os seguintes títulos: *Ouçã a Música*, relato de Walmor e *É carnaval no Mocotó!*

Você encontrará também histórias de vida que descrevem festejos e laços de solidariedade. Reparem o texto *Lá de cima a vida não é tão ruim*. Do ponto de vista do ensino, outros temas podem também apresentar potência como conteúdo e estratégia de aprendizagem. Verifique elementos referentes à corporeidade em *O cabelo de Luciana*, especialmente. Não só o relato de Luciana, mas também o que as ilustrações nos trazem podem provocar um significativo diálogo a respeito da memória e da memória que está ancorada em corpos que carregam a insígnia da cor. Temos também corpos

que dançam. Explore isso colega!

Olhe para o texto *Brinquedos e brincadeiras*, a partir dele pode-se discutir com as crianças, por exemplo, o conceito de tempo na História. O que seu Geraldino quer dizer com eu tenho saudades daquele tempo? O que Dona Amália quer dizer com meus netos quase não brincam na rua? Seria possível pensar em discutir não só o passado, mas o presente? Pode-se discutir rupturas e permanências entre as brincadeiras de ontem e de hoje? Seria pertinente apontar o conceito de simultaneidade temporal para os relatos de Geraldino e Amália?

Com os territórios do Maciço revisitamos o passado e podemos assumir a existência de eras presentes - passadas constitutivas de esperanças futuras repletas de imprevisibilidade. Em *Minha Escola*, há um futuro dado e fechado para Alisson? Veja, não estou falando do tempo em si, mas de um tempo inscrito por sujeitos. O Maciço nos provoca a pensar em modelos temporais construídos por outras bases. Notadamente o que se vê é o tempo da vivência e a dimensão de um tempo aberto, em movimento.

Outro ponto importante a considerar quando tratamos de memórias e histórias de vida em sala de aula,

consiste em trazer para a atividade de ensino a questão da História oral não apenas como método, como algo que organiza e compila relatos. Gosto mais de pensar a História oral como um instrumento importante para discutirmos a mobilidade do conhecimento histórico. Documentos orais podem confrontar outros suportes de memória. Não seria bacana discutir o processo de produção de fontes a partir da metodologia da História oral? Quem sabe sugerir um exercício desses em classe? Bom, julgo interessante trazer para a superfície esse debate como conhecimento e alternativa pedagógica.

Algumas sugestões de leitura...

Sobre o ensino de História e memória indico a leitura de:

CARRETERO, Mário

(org.) *Ensino de História*

e *memória coletiva*. Porto

Alegre: Artmed, 2007.

Monteiro, Ana Maria. *Ensino*

de história: entre história e

memória. Rio de Janeiro,

2009. Disponível em [http://](http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisapratica-ducacional/artigos/artigo1.pdf)

[www.ufrj.br/graduacao/](http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisapratica-ducacional/artigos/artigo1.pdf)

[prodocencia/publicacoes/](http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisapratica-ducacional/artigos/artigo1.pdf)

[pesquisapratica-ducacional/](http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisapratica-ducacional/artigos/artigo1.pdf)

[artigos/artigo1.pdf](http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisapratica-ducacional/artigos/artigo1.pdf). Acesso

em 12 de maio de 2016.

Para ampliar...

Ouçã a música: *Respeitem meus cabelos, brancos*, composição e gravação de Chico César, álbum *Respeitem meus cabelos, brancos*, 2002.

Poema musicado: *Gritaram-me negra*, Victória Santa Cruz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RljSb7AyPc0>.

Acesso em: 27 de maio de 2016.





Parte II - Memórias e histórias de vida das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis



Nas próximas páginas, você encontrará as narrativas de populações que carregam em seus corpos a insígnia da cor inscrita pela territorialidade do Maciço. São vozes de jovens, idosos, homens e mulheres que ao falarem de si, revelam universos plurais a partir de temas nem sempre óbvios para pensar os territórios em questão. São corpos a subir e descer a ladeira, a cantar, a dançar, a brincar. São saberes que possuem legitimidade e podem contribuir para o ensino de História na perspectiva das relações étnico-raciais na escola.

Seja bem vindo ao Maciço, amigo professor, amiga professora!

Um lugar chamado 25

Meu pai era pescador e minha mãe era doméstica. Eu nasci aqui no 25 e as coisas eram diferentes. Lá em cima era tudo mato, não tinha luz, não tinha água, não tinha calçamento. Eu estudava na escola Padre Anchieta quando era aqui perto da igreja São Luís. Eu e meus irmãos aprontávamos muito na infância. Na escola cheguei a ficar no quarto escuro.

Quando jovem, fui cuidar de minha formação. A gente precisava trabalhar. Sou alfaiate aposentado. Trabalhei muitos anos na Penitenciária do Estado. Eu gostava do que fazia e as pessoas também gostavam da minha arte.

Diziam que eu era muito caprichoso.

Tenho boas recordações daquele tempo, especialmente de quando nos reuníamos no clube. O Clube do 25 era um ponto de encontro, de festas e de grandes bailes.

Foi fundado no dia 25 de dezembro de 1933 era só para pretos e os brancos não podiam entrar. Lá em baixo, tinha o Concórdia e a gente não ia não. Na verdade, o Clube de 25 era nosso lugar. Eu me sentia bem.

Cheguei a ocupar a administração do clube e por várias vezes fui presidente. Em 1967 fui até São Paulo para trazer uma luz negra e artigos para decorar o espaço. Trouxe também uma vitrola de última geração. Começamos também a fazer o som mecânico.



Naquela época, havia muitos marinheiros e eles vinham dançar aqui. Às 16 horas começava o baile. Dançávamos muito bolero e valsa. A polícia vigiava e tudo era bem organizado.

O Clube do 25 era muito famoso também pelos carnavais e os tradicionais concursos das rainhas e princesas. Durante muitos anos cultivamos campeonatos esportivos e tínhamos escolinha de futebol. Éramos uma verdadeira família conhecida por toda Florianópolis. Foi em função do clube que o morro recebeu esse nome. A grande ocupação veio bem depois e a vida da comunidade começava a mudar. Olhando pela janela

a paisagem já não é mais a mesma e a tranquilidade nas ruas também não. O Clube hoje encontra-se fechado e abandonado. Foi em meados dos anos oitenta que se deu a derrocada: Eu tenho as chaves e vou lá quase todos os dias.

Lembro-me da minha festa de casamento, da boa música, dos momentos de lazer e da sociedade reunida. Fiz minha família em meio a tudo isso. Tive quatro filhos. Um deles fez universidade e é formado em contabilidade e outro é pastor. Sinto saudades, pois estão longe. Eu preferi ficar. Eu preferi ficar aqui: O 25 é o meu lugar.

Silvio dos Santos, 84 anos.



Lá em cima a vida não é tão ruim!

Um incêndio e quase tudo perdido. Eu era criança ainda quando fomos morar no Morro Santa Vitória, também conhecido como Morro do Macaco. A patroa da minha mãe nos ajudou a construir uma casa lá em cima. Recomeçamos a vida. Meus pais são separados. Eu e meu irmão ficamos com minha mãe. Ela sempre lutou muito e com muita dificuldade nos criou.

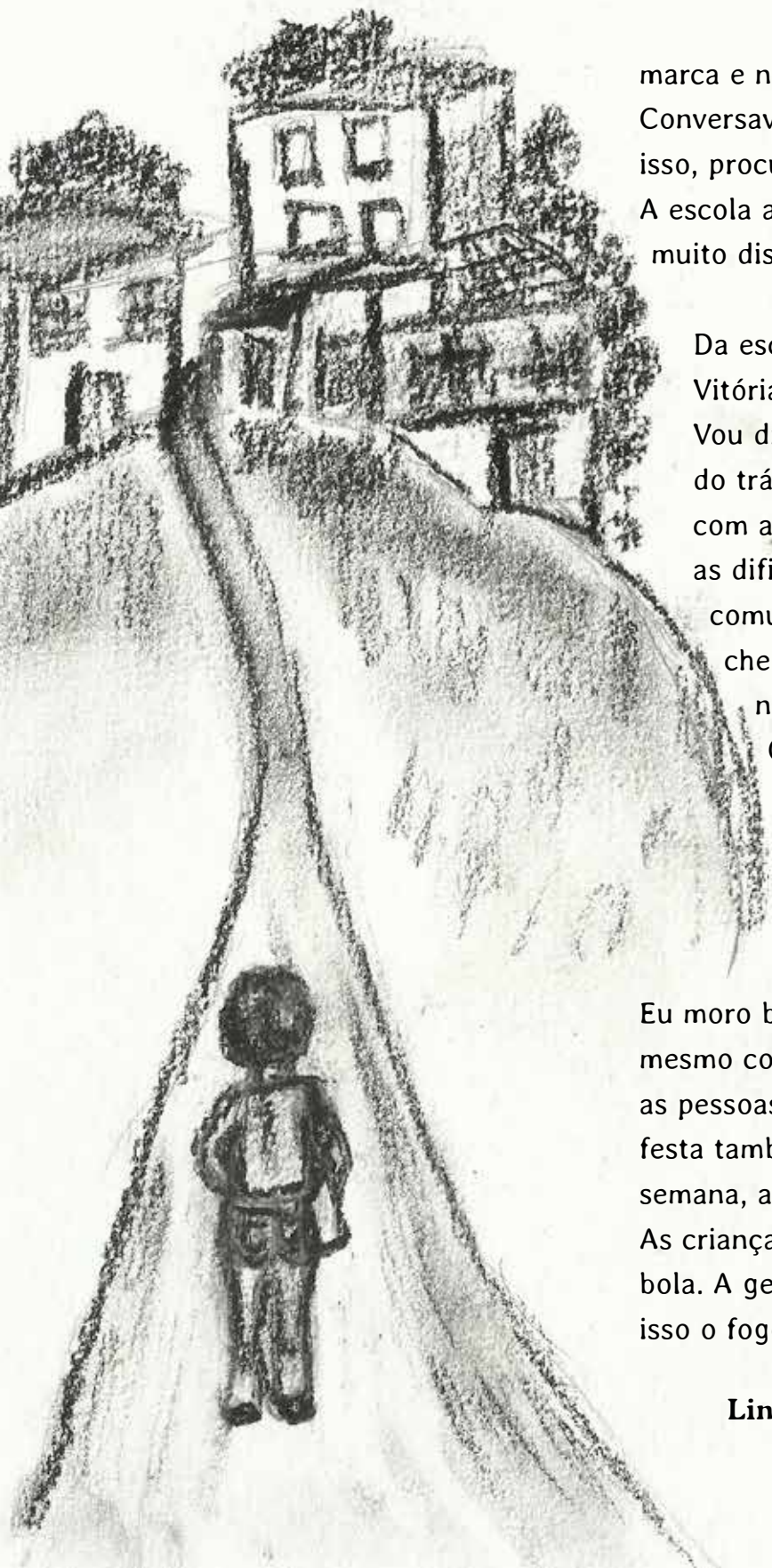
Tenho 21 anos e estudo na escola Padre Anchieta no período noturno. Meus estudos foram interrompidos por conta de que muito cedo tive que trabalhar. Trabalhei dois anos como babá de duas crianças. Eu tinha quinze anos e morava na casa da família. Lá limpava, cozinhava e ajudava com os meninos, mas não recebia salário. O combinado era que o dinheiro fosse entregue para minha mãe. Às vezes, eu levava semanas para ir para minha casa.

Eu era bem tratada, mas sentia falta do meu cantinho. Mesmo precisando e muito, meu pai achou melhor eu voltar e continuar meus estudos.

Estou no segundo ano do ensino médio e desejo me formar e ingressar na universidade. Quero fazer medicina e tentar ser atleta profissional de futebol. Treino muito e já fiz alguns testes, inclusive em São Paulo. Sei que é difícil, pois não tenho condições financeiras, por isso a escola é muito importante para mim.

Eu me sinto bem na escola, apesar de já ter sofrido preconceito. Ouvei algumas piadas a respeito da minha cor e da minha condição social. Eu nunca tive tênis de





marca e nem roupa da moda. Conversava com meus pais sobre isso, procurava não brigar. A escola acabava não tratando muito disso e eu seguia em frente.

Da escola para o Santa Vitória tem sido minha vida. Vou driblando os problemas do tráfego e os confrontos com a polícia. Vou driblando as dificuldades de acesso à comunidade, o ônibus não chega até lá. Falta água e no verão é bem difícil. O saneamento é bem precário. As casas são improvisadas e quando venta muitas vão para o chão.

Eu moro bem lá em cima e mesmo com todas as dificuldades as pessoas se ajudam. Tem festa também. Nos finais de semana, a vizinhança se reúne. As crianças soltam pipa e jogam bola. A gente se respeita e isso o fogo não queimou.

Linda Inês Flores, 21 anos.

Ouçã a música

Eu percorri o Maciço do Morro da Cruz. Nasci no morro da Caieira, vivi no Mocotó e hoje moro no morro do Horácio. Sou vigilante patrimonial da escola Hilda Theodoro da Trindade onde também coordeno o projeto musical. Realizo com as crianças um bonito trabalho. Ensino a ler partituras e a lidar com os instrumentos. São sessenta crianças, em sua maioria de origem africana oriundas da Serrinha, do morro da Penitenciária e de outras comunidades. Vejo a música como um elemento que une esses territórios.

Minha incursão na música começou desde muito cedo.

Quando eu era pequeno, ia para o quartel da polícia militar junto com meus tios e foi lá que aprendi as primeiras notas. A creche era difícil e minha mãe precisava trabalhar, afinal eram vinte e um filhos. Merendeira na extinta escola Celso Ramos ela precisava administrar com muita luta tudo isso. Meu pai era marinheiro, vivia mais no mar do que conosco. As festas da família eram sempre alegres e melodiosas. A gente se punha a tocar e a cantar.

Eu casei com quinze anos e para garantir a sobrevivência das minhas filhas, fui realizar um curso de vigilância. Fui office-boy, servi o exército também,

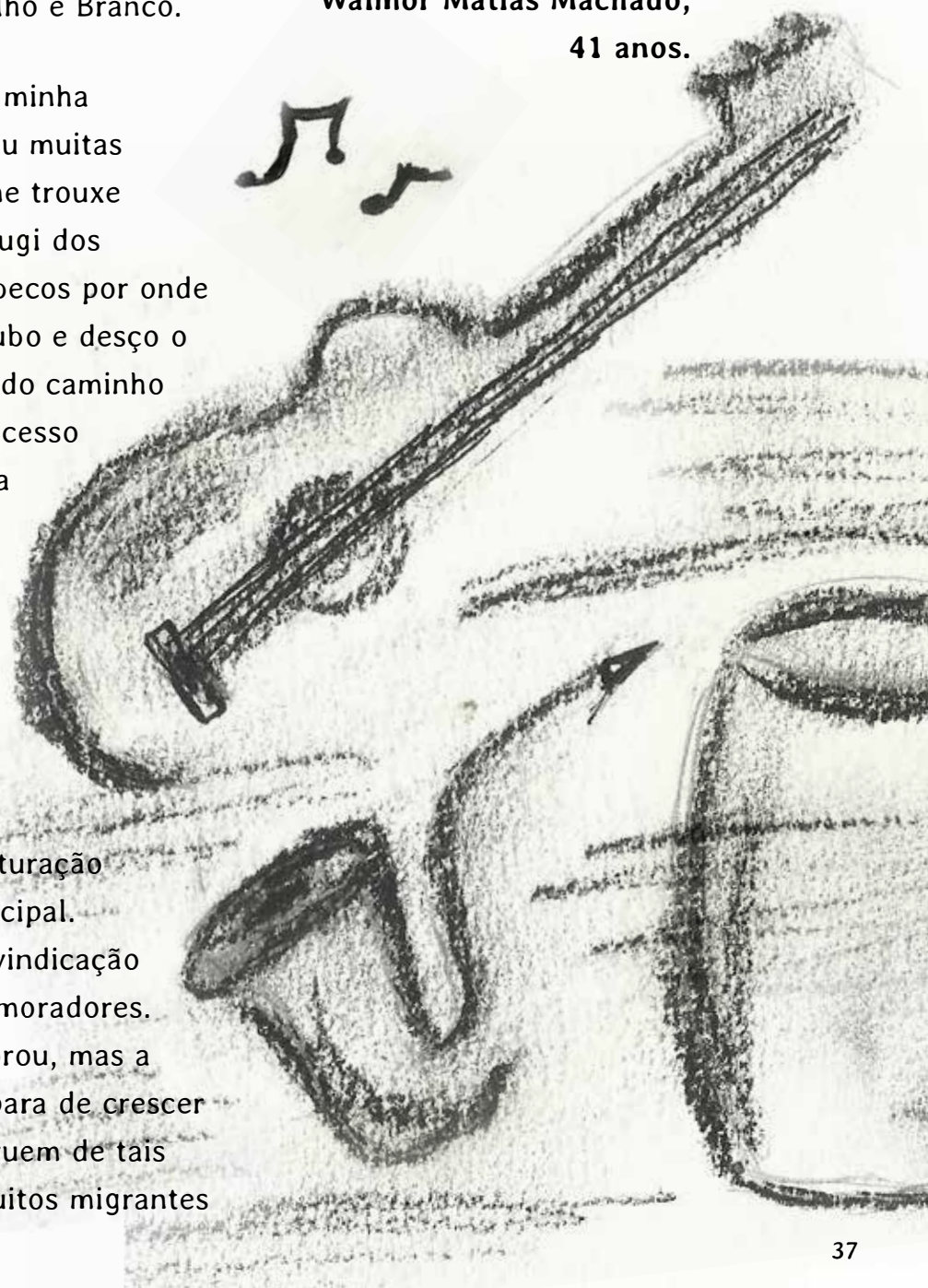


mas a música nunca deixei. Vivi o carnaval intensamente, cheguei a ser o primeiro cidadão samba negro do Lira Tênis Clube. Passei pela diretoria musical da Escola Consulado do Samba. Hoje atuo na Império Vermelho e Branco.

Posso dizer que a minha percussão me abriu muitas possibilidades e me trouxe até aqui. Por ela fugi dos aliciamentos dos becos por onde passei. Com ela subo e desço o Horácio. No meio do caminho testemunhei o processo de revitalização da comunidade. Em 2000 com as obras do PAC vi a pavimentação das ruas, o início da política de saneamento básico e a reestruturação da escolinha municipal. Acompanhei a reivindicação da associação de moradores. Muita coisa melhorou, mas a comunidade não para de crescer e nem todos usufruem de tais mudanças. São muitos migrantes

a ocupar o Horácio. Advindos especialmente da Bahia e mais recentemente do Haiti o som se transforma e uma nova canção precisa ser ouvida.

Walmor Matias Machado,
41 anos.



Meu avó era músico, meu pai era músico, meus filhos são músicos. Eu não vejo minha vida fora de um repertório musical. Aprendi a tocar trombone aos sete anos de idade observando meu pai. Ele se chamava Roberto Avelino Vieira e fazia parte da banda da polícia militar. Quando ele chegava em casa pendurava o instrumento no prego e eu as escondidas treinava alguns sopros. Não demorou muito para meu pai descobrir e de pronto me ensinar a tocar trombone.

Eu nasci no Ribeirão da Ilha e me criei no Morro da Prainha. Nós viemos morar no centro por conta do trabalho de meu pai. Devia ser por volta de 1945, pois meus irmãos mais novos já nasceram na cidade. Na Prainha, a gente pescava muito, peixe e camarão não faltavam em nossa mesa. A pescaria completava a renda lá de casa. Além do ofício militar e da pesca, meu pai fazia apresentações em clubes recreativos animando tradicionais bailes de carnaval. Eu acompanhava meu pai nos bailes e nos programas de rádio da época.

Construí minha família aqui na Queimada. Foi meu instrumento que me fez descer o morro e percorrer as ruas da cidade. Toquei no Mercado Público e muitas vezes na Travessa. Se não fosse o trombone eu e minha família não teríamos chegado até aqui.



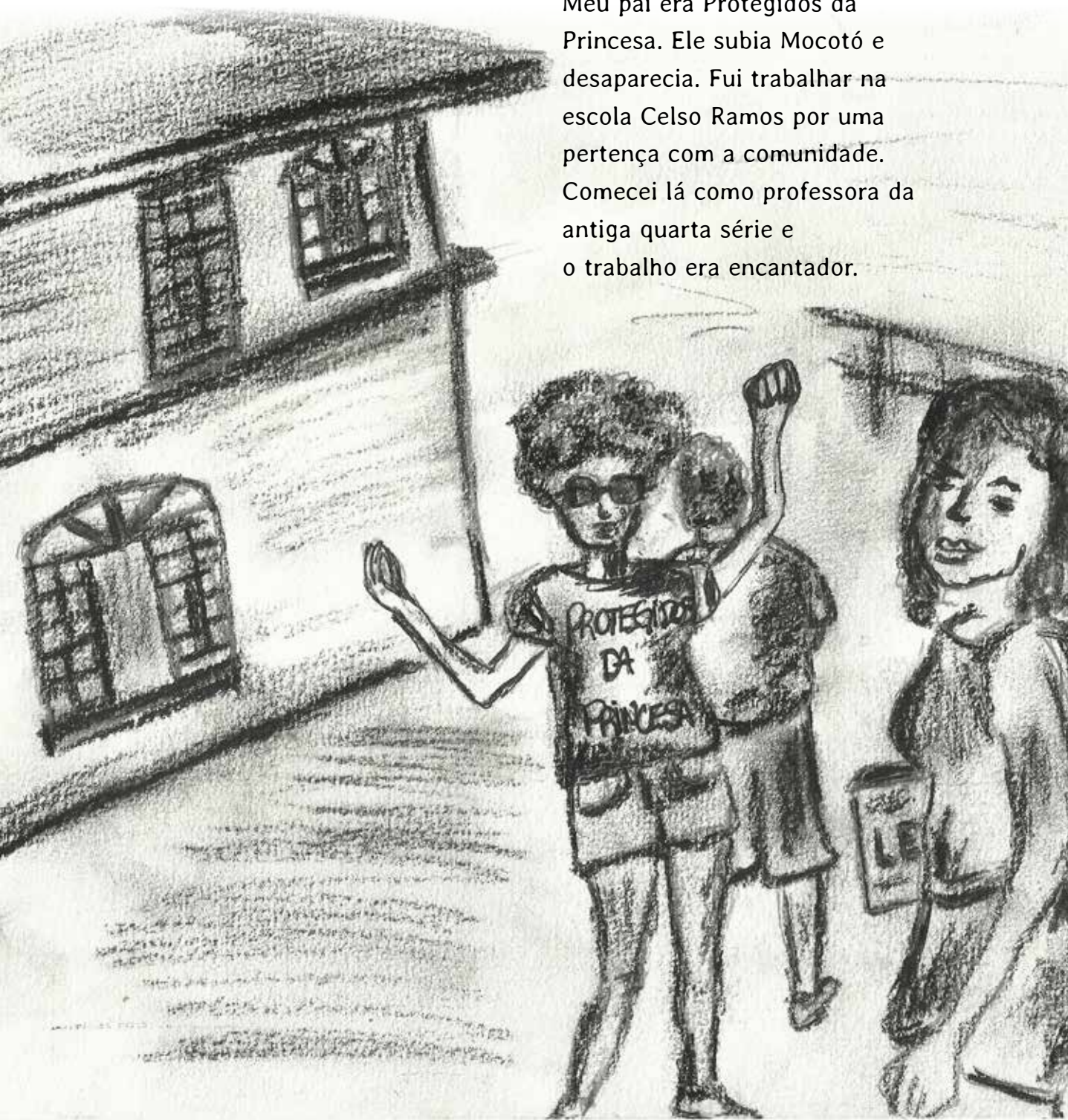
Eu tive a parceria de Neide Maria Rosa, eu me apresentei para Liza Minelli, quando aqui estive e cheguei a Portugal. Quem diria né, seu Roberto?


**Daldomar Roberto
Vieira, 75 anos.**



Quem é que sobe a ladeira?

Eu sou Protegidos da Princesa. Meu pai era Protegidos da Princesa. Ele subia Mocotó e desaparecia. Fui trabalhar na escola Celso Ramos por uma pertença com a comunidade. Comecei lá como professora da antiga quarta série e o trabalho era encantador.





Para mim o conhecimento não estava só nos livros didáticos, estava na vida das crianças.

Eu não nasci no Maciço, eu me fiz no Maciço. Como professora eu subia ladeira e ia até a casa das crianças. Tomava café e conversa por horas. Aprendi a conhecer o Mocotó pelo carnaval, pela escola e pelo teatro. Fiz artes cênicas na UDESC. Tudo isso se misturava em mim e em meu trabalho.

Não fui muito compreendida pelos meus colegas. Mas eu precisava dizer a eles que nossos alunos lá em cima eram importantes. Eram princesas. Eram aderecistas. Eram cantores. Eram crianças com sonhos, com projetos de vida e a escola precisava ouvir isso.

O cotidiano no Mocotó era alegre. Quando chegavam as festividades juninas, a rua inteira era decorada, tinha fogueira, pau de sebo e quadrilha. Alguns velórios também viraram festa. Lembro-me do velório do Tranca a Rua em que atravessamos a noite a cantar muito samba. As peixadas e os churrascos por entre os becos também eram comuns.

Era um lugar com muita vida.

Não fecho os olhos para as situações de violência, pois eu mesma já visitei alguns na penitenciária. O início dos anos 90 foram muito difíceis. Os conflitos estavam acirrados e a escola era receptora disso também. Enquanto eu abria as portas da escola para a comunidade, alguns professores escolheram ir embora.

Como gestora, decidi fazer matrícula sentada em uma pedra no alto do morro, lá na Boca do Vento. Conseguimos garantir o supletivo no período noturno. Aos poucos fomos movimentando a escola, organizando projetos e trazendo os ensaios da Protegidos para a Celso Ramos. Registramos nossas memórias em um pequeno livro. Avançamos e recuamos. Fazer o Mocotó descer não parecia agradar ao Estado, nem a especulação imobiliária. Anos mais tarde a escola fechou. Nem todos foram para o Instituto Estadual de Educação, nem todos continuaram seus estudos. Quem desejar saber mais, que suba agora a ladeira.

Solange Adão, 51 anos.

Muita gente sobe o Caieira para fazer o cabelo comigo. Me especializei em tratar de cabelos como os meus e mostrar a beleza que temos. Vejo como isso tem crescido muito. O mercado está bom para nós agora. Quando criança vivia com o cabelo preso, achava feio e na escola tinha vários apelidos... Falavam da minha cor, dos meus traços... Eu era a neguinha do cabelo duro!

Minha mãe tentava resolver meu problema comprando produtos para alisamento. Por alguns anos foi um tal de puxa, estica e alisa... O curioso é que as piadinhas não paravam, haviam outras coisas em mim que continuavam a incomodar as pessoas. Quando me dei conta disso, eu já era moça. Fui assumindo meu cabelo, fui trançando meu cabelo, fui me fazendo Luciana.

Luciana Hilário, 35 anos

O Cabelo de





É carnaval no Mocotó

Sou nascida e criada no Mocotó. Sou filha da costureira Alzira e do pedreiro João. Meus pais frequentavam antes mesmo de eu nascer a “Protegidos”, assim tive minha vida sempre muito ligada ao carnaval. Toda

comunidade se movimenta, mal acaba um desfile e já estamos pensando no próximo.

Eu trabalho com adereços e além de fazer por amor a minha escola, faço também para obter uma renda. Ganho um salário mínimo e preciso ajudar meus filhos e netos. Fui abandonada por meu marido com quatro crianças e não foi fácil. Levei a vida na faxina, limpando diariamente alguns apartamentos aqui do centro da cidade.

Quando os tamborins começam a esquentar como dizia meu bom pai, a vida da gente dá uma boa melhorada, sobra alegria e não falta comida nas panelas. O som da panela cheia é bom demais!

Maria de Lourdes Fraga, 51 anos.



Sou nascido e criado aqui no Mont Serrat. Tenho 69 anos, sou casado, pai de cinco filhos e avô de 13 netos. Desde cedo tive que trabalhar para que eu pudesse me vestir e ajudar com algumas coisinhas em casa. Meu primeiro trabalho foi como carregador em uma loja de móveis porque meu tio Francisco trabalhava lá e conseguiu uma colocação para mim. Eu era adulto e criança ao mesmo tempo. Com 12 anos já estava na lida.

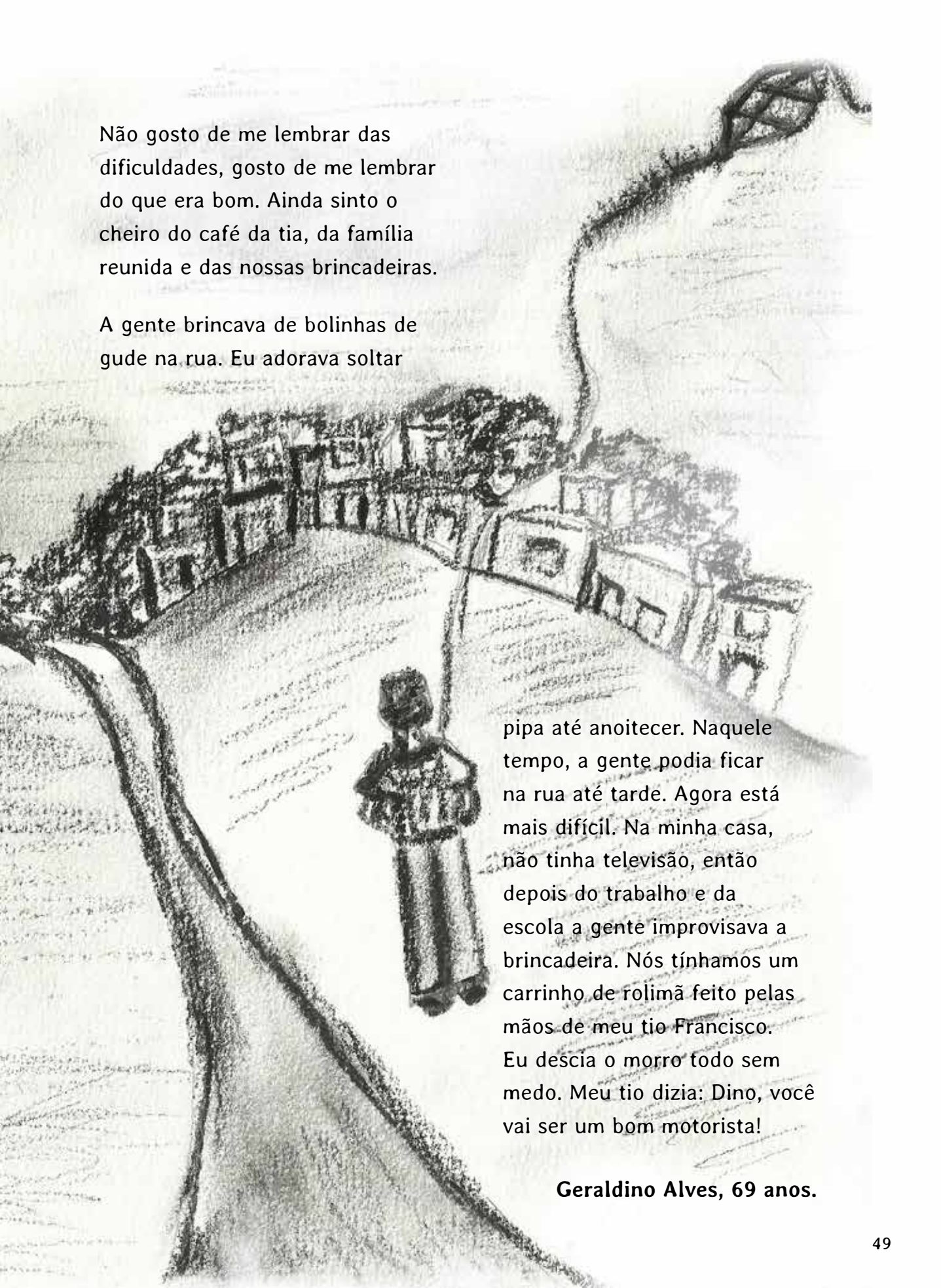
Não reclamo da vida, era aquela possível para nós. Naquele tempo, não passava ônibus e o trajeto até o centro não era tão simples.

Hoje as coisas estão bem melhores nesse sentido, os carros sobem e os ônibus também.

Lembro-me quando meu tio teve que construir um puxadinho em sua casa. Eu ajudei a carregar a madeira e as telhas. Eu adorava meu tio Francisco. Homem de luta, exemplo para mim. Ele foi minha referência de pai. Tenho saudades dele, saudades daquele tempo.



Brinquedos e brincadeiras

A charcoal drawing of a street scene. In the foreground, a person is walking down a steep, paved hill. The person is wearing a dark jacket and pants. In the background, there are several buildings and trees along the street. The drawing is done in a sketchy, expressive style with visible charcoal strokes.

Não gosto de me lembrar das dificuldades, gosto de me lembrar do que era bom. Ainda sinto o cheiro do café da tia, da família reunida e das nossas brincadeiras.

A gente brincava de bolinhas de gude na rua. Eu adorava soltar

pipa até anoitecer. Naquele tempo, a gente podia ficar na rua até tarde. Agora está mais difícil. Na minha casa, não tinha televisão, então depois do trabalho e da escola a gente improvisava a brincadeira. Nós tínhamos um carrinho de rolimã feito pelas mãos de meu tio Francisco. Eu descia o morro todo sem medo. Meu tio dizia: Dino, você vai ser um bom motorista!

Geraldino Alves, 69 anos.

Hoje meus netos quase não brincam na rua, vivem presos assistindo televisão ou jogando no computador. Quando eu era criança, as brincadeiras eram outras. Eu reunia minhas amigas e a gente brincava de roda, de boneca de pano e de cozinhadinho. A mãe ficava brava, pois precisávamos de alguns produtos para fazermos as comidinhas. A gente pegava ovos, batatas, pão e o que mais tivesse nos armários. Cada amiga levava um pouquinho do que podia. A Maria era responsável pelo suco de limão, ela catava tudo no pé que tinha no quintal de casa. A gente cozinhava de verdade, tinha fogo e tudo. Era só juntar uns tijolos, pegar umas madeirinhas e pronto. Era tudo regado a cantoria, a mais comum no nosso tempo era a ratoeira. Eu ainda sei os versos que decorei.

Amália Rosa, 71 anos.



**Ratoeira bem cantada,
faz chorar, paz padecer,
também faz um triste amante,
o seu amor esquecer.**

**Meu galho de malva
meu manjericão,
dá três pancadinhas
no meu coração
meu galho de malva
meu manjericão,
dá três pancadinhas
no meu coração...**





Algumas palavras, para encerrar

Registro em poucas palavras os desafios de se enfrentar a colonialidade de saberes, de poderes e de nossa existência, isso requer muito trabalho e especialmente mobilização política. Sou professora, negra e estou nesta fronteira. Vivencio a precarização do ensino público: a fragilidade e mesmo a inexistência dos cursos de formação continuada a respeito da temática étnico-racial na escola que acaba por comprometer o fazer pedagógico; a alta jornada e o baixo salário que muitas vezes nos colocam em posição de transmissores de um determinado conhecimento, tem conferido sérios problemas no que se espera da aprendizagem de nossos/as estudantes; a escassez de profissionais em unidades de ensino da rede estadual que acabam por aumentar as demandas docentes apresenta-se como realidade...

Reconheço as dificuldades de atuar no chão da escola. É preciso militância pedagógica, professor e professora. É importante decolonizar também a visão a respeito de nosso lugar de enunciação para ultrapassar aquilo que sempre pensaram e proferiram sobre nós.

Eu espero que as sugestões descritas nesse material possam ser incorporadas como reflexão e como prática. Eu espero especialmente que você colega possa ampliar as contribuições desse trabalho. A expectativa é que a coletânea de textos com registros de memórias e histórias de vida das populações de origem africana em territórios do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis circulem por muitas mãos, como leitura histórica, didática e como experiência humana.



Para saber...

Boca do Vento: Localidade dos altos do Morro do Mocotó/Florianópolis.

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento. O projeto criado em 2007 pelo governo federal que direcionou verbas para a reestruturação das áreas do Maciço do Morro da Cruz/Florianópolis.

Protegidos da Princesa: Fundada em 1948 é a escola de samba mais antiga de Florianópolis. Localização: Morro do Mocotó. Símbolo da escola: Coroa. Cores da escola: Verde, vermelho e branco.

Ratoeira: Cantoria conhecida através da tradição cultural açoriana. A Ratoeira era uma espécie de roda de homens e mulheres, onde cada um expunha os seus sentimentos em forma de versos cantados em quadrinhas

que obedeciam a uma rima, dentro de um ritmo, andamento e melodia pré-definidos.

Tranca Rua: Nome dado a Hercílio Bittencourt (por motivações religiosas), organizador de eventos na Casa da União do Mocotó, bloco carnavalesco do morro e sede gastronômica do tradicional cozido de mocotó.

Travessa: Espaço cultural. A Travessa Raticlif está localizada no centro de Florianópolis.

Referências

- ABUD, Katia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 28-41.
- ADÃO, Solange. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 08 de março de 2016. Duração 58 min. 43 seg.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- ALVES, Geraldino. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 05 de março de 2016. Duração 56 min. 07seg.
- ANTONACCI, Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC, 2013.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BITTENCOURT, Circe. Identidades e ensino de história no Brasil. In: CARRETERO, Mario et al. (org.) *O Ensino da História e Memória Coletiva*. Tradução de Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 33-52.
- BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- FLORES, Linda Inês. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 04 de março de 2016. Duração 53 min. 02 seg.
- FONSECA. Thais Nivia de Lima e. *História e Ensino de História*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 37-89.
- FRAGA, Maria de Lourdes. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no 03 de março de 2016. Duração 50 min. 32 seg.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós – modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

- HILÁRIO, Luciana. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 02 de março de 2016. Duração 46 min. 31 seg.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.
- MACHADO, Walmor Matias. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 03 de março de 2016. Duração 49 min. 13 seg.
- MATTOS, Hebe Maria; ABREU, Martha. Subsídios para uma leitura crítica dos PCNs e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. In: BARROS, José Márcio et al. *Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006, p. 49-59.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, nº 34, p. 287-324, 2008.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: *Projeto História n.10*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História. São Paulo, 1993.
- PEREIRA, Alisson. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 01 de março de 2016. Duração 66 min. 08 seg.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, nº 10, p. 200-215, 1992.
- ROSA, Amália. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 01 de março de 2016. Duração 43 min. 04 seg.
- RUFER, M. La memoria de los otros: Subalternidad, poscolonialismo y regímenes verdad. *Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais*, v. 1, n. 1, p. 13-43, 2011.
- SOUZA, Silvio de. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 29 de fevereiro de 2016. Duração 49 min. 17 seg.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode um subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- TOMÁS, Elaine Dorighello; SCHEIBE, Luiz Fernando. O Maciço do Morro da Cruz (MMC) em Florianópolis (SC): de não território a território do PAC. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 165-180, jan-jun 2015.
- VIEIRA, Daldomar Roberto. Entrevista concedida a Karla Andrezza Vieira Vargas em Florianópolis, no dia 29 de fevereiro de 2016. Duração 45 min. 38 seg.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.



Karla Andrezza Vieira Vargas

Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Especialista em Gestão Escolar e Metodologia do Ensino Interdisciplinar pela Faculdade Dom Bosco (2009). Mestranda em Ensino de História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2016). Professora de História do ensino fundamental e médio da rede pública do estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de gestão escolar e do ensino e História.

Patrícia Maria Macedo Alves

Graduada em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas. Especialização em Relações de Gênero e Diversidade na escola pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora de Artes da rede pública do estado de Santa Catarina. Tem experiência no ensino de Artes Visuais.